

Emprego industrial volta a crescer após 5 anos

Aumento da ocupação entre janeiro e junho foi o primeiro para o período desde 95. Contratações devem continuar

Flávia Barbosa

Os bons ares que levam a produção industrial a estar de vento em popa — alta de 6,8% nos primeiros seis meses do ano — finalmente trazem boas notícias também para os trabalhadores. Fato inédito desde 1995, o nível de emprego na indústria encerrou o primeiro semestre de 2000 com crescimento de 0,1% sobre o mesmo período do ano anterior. O resultado foi comemorado pelo IBGE, responsável pelo levantamento, que acredita o desempenho ao aumento da oferta de vagas entre março e junho e ao crescimento sustentado da produção nacional. Apenas Rio e Minas destoam desse cenário.

A maior parte dos indicadores está no azul a partir de junho. E aqueles que estão no vermelho estão cada vez menos negativos, ou seja, aproximando-se da virada — diz Paulo Gonzaga, técnico do Departamento de Indústria do IBGE.

Salário real, porém, apresenta queda de 2%

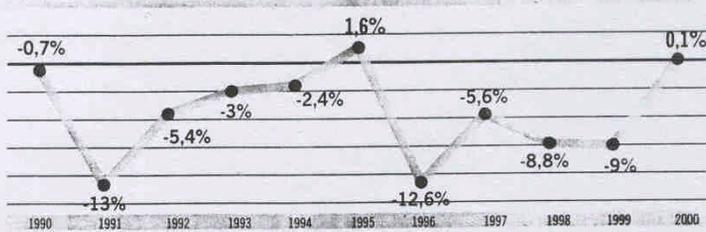
O acumulado nos últimos 12 meses ainda está negativo em 2,8%. Porém, é a menor taxa para esse indicador nos últimos quatro anos e meio: em junho do ano passado ele alcançou -9%. Em relação a maio, o emprego industrial avançou 0,5%. Já o resultado consolidado do semestre não se repete desde o crescimento de 1,6% no emprego indus-

Conheça os números do setor



O crescimento de janeiro a junho deste ano foi o primeiro em cinco anos

Comportamento do emprego no primeiro semestre ano a ano



Salário médio

Total pago dividido pelo número de trabalhadores

-2%

Massa salarial

Total de salários pagos

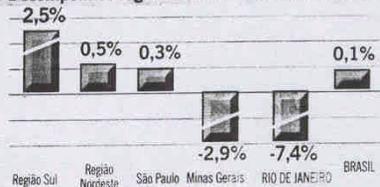
-1,8%

Pagamento de horas extras

+16,7%

Fontes: IBGE e Fundação Getúlio Vargas

Desempenhos regionais no 1º semestre de 2000



trial em 1995. Antes disso, o saldo de vagas foi positivo na indústria apenas em 1987 (8,3%) e em 1986 (8,5%).

Como o ritmo de aumento da produção industrial é bem maior do que o de contratações, o total de horas extras pagas a quem já estava empregado no setor cresceu 16,1%

no primeiro semestre. O total de salários pagos acompanhou a maior oferta de empregos e cresceu 0,4% de maio para junho. Mas continua negativo em 1,8% entre janeiro e junho.

O salário médio real permanece em queda: -2% no primeiro semestre. Paulo Gonzaga explica que as perdas são decorren-

tes de as contratações estarem sendo feitas com salários mais baixos do que os originais.

A tendência é de manutenção das contratações nos próximos meses. Dados da Sondagem Conjuntural da Indústria, da Fundação Getúlio Vargas, demonstram que é grande a intenção de abertura de vagas

em setores intensivos em mão-de-obra. De acordo com o economista Salomão Quadros, chefe do Centro de Análises Econômicas da FGV, já chega a 59% o percentual de empresas do setor de material de transporte (incluindo as maiores montadoras) que pretendem ampliar seu quadro de pessoal.

Salomão aponta ainda para as previsões de abertura de vagas na indústria de vestuário e calçado (48% das empresas), na indústria de TV e rádio (42%) e de produtos alimentares (41%). Os parques têxtil (25%), de papel e celulose (19%) e de produtos farmacêuticos (13%) afirmaram que contratações fazem parte de seus planos este trimestre.

Indústria do Rio destoa e nível de emprego cai 7,9%

A indústria do Rio, no entanto, parece não ter sido convidada para a festa da recuperação do emprego. A ocupação no parque luminescente fechou o semestre em retração de 7,9%, e com o indicador do acumulado em 12 meses estabilizado no patamar de 7,4%. A massa salarial também recuou 7,4% entre janeiro e junho.

Nem o IBGE nem a Federação das Indústrias do Rio (Firjan) conseguiram ainda explicar o fenômeno. Apenas arriscam que a modernização e a informatização crescentes das indústrias têxtil — queda de 13,9% no nível de emprego — e de produtos alimentares — queda de 22,4% — podem estar contribuindo para o saldo negativo no estado.

A maior contribuição para a recuperação do emprego veio da indústria paulista, seguida dos parques de Sul e Nordeste. Depois do Rio, Minas foi a única região que apresentou saldo negativo de vagas. ■

Desemprego estrutural tende a crescer

Comércio e setor de serviços não absorvem mais vagas extintas da indústria

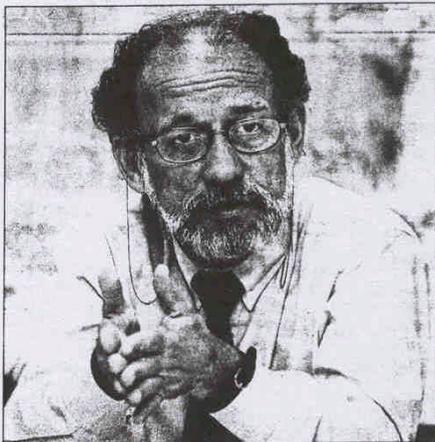
Shirley Emerick

BRASILIA. O desemprego estrutural na economia brasileira, provocado pelas mudanças tecnológicas na indústria e aprofundamento da abertura comercial, tende a crescer nos próximos anos. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que esta tendência se deve ao fato de que o comércio e o setor de serviços são incapazes de absorver a mão-de-obra dispensada pela indústria.

Autores sugerem mudanças na legislação

Os economistas **Marcelo Neri**, José Márcio Camargo e Maurício Reis, autores do estudo "Mercado de Trabalho nos Anos 90: fatos estilizados e interpretações", afirmam que uma forma de evitar o problema é mudar a legislação para criar incentivos de investimento em qualificação e treinamento. Estes recursos seriam repartidos por Governo, empresários e trabalhadores. Uma das propostas citadas é que a multa em caso de demissão — 40% sobre o saldo do FGTS — deixe de ser paga aos trabalhadores e passe a ser depositada em um fundo que financiará os gastos do seguro-desemprego.

O estudo mostra que, até o início de 1995, o crescimento



O ECONOMISTA José Márcio Camargo, um dos autores do estudo

do emprego no comércio e no setor de serviços compensou a perda dos postos de trabalho na indústria, o que reduziu a taxa de desemprego aberto. No entanto, os efeitos da crise do México alteraram o comportamento do mercado de trabalho e a taxa voltou a crescer com intensidade depois de 1997. A partir de então houve uma clara tendência de aumento da taxa de desemprego, que foi acentuada em 1998. Se-

gundo os pesquisadores, essa evolução sugere uma tendência de aumento do desemprego estrutural.

"A taxa de desemprego caiu logo no início do processo de estabilização devido ao aumento de demanda gerado pela drástica redução da taxa de crescimento dos preços, passando a aumentar a partir dos efeitos da crise do México", informa o texto.

Segundo os pesquisadores,

quando a economia retomar a trajetória de crescimento, a queda do desemprego deverá ser mais lenta do que nos períodos anteriores. Isso está refletido, por exemplo, no aumento do tempo médio de desemprego, que passou de 3,5 meses, em 1991, para seis meses em 1998, e também no aumento do desemprego dos chefes de família.

Regras atuais induzem a contratos de trabalho curtos

O estudo do Ipea mostra ainda que o pagamento da multa de 40% do FGTS é um incentivo para o trabalhador buscar a demissão. Esse estímulo é tão maior quanto menor for a taxa de desemprego e mais fácil conseguir nova colocação.

A respeito da legislação, os autores explicam que as regras trabalhistas induzem a contratos de trabalho extremamente curtos e sem cooperação entre trabalhadores e empresas no processo produtivo. Em média, afirma o estudo, 33% dos trabalhadores do setor formal do mercado de trabalho no Brasil mudam de emprego a cada ano. Isso reduz os incentivos a investimentos em capital humano para as partes e a responsabilidade pela qualificação fica concentrada no Governo, segundo o estudo. ■